



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Av. Hermogênio C. dos Santos, 342 - Fone (55) 3327-1400 - CEP 99440-000

AFIXADO
EM 28/03/17

RETIRADO
EM 12/04/17
Prefeitura Mun. Salto do Jacuí

LEI MUNICIPAL Nº 2278, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER
AUXÍLIO FINANCEIRO À LIGA FEMININA DE
COMBATE AO CÂNCER DE SALTO DO JACUÍ/RS, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ, no uso
das disposições do Art. 54, IV da Lei Orgânica Municipal.

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e
eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado, no exercício financeiro de 2017, a conceder auxílio financeiro à LIGA FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 09.291.266/0001-05 com a finalidade de auxiliar a entidade com as despesas decorrentes do tratamento de pessoas portadoras de câncer.

§ 1º O auxílio de que trata este artigo terá o valor de R\$ 1.500, 00 (um mil e quinhentos reais) e será repassado mensalmente a entidade.

§ 2º Os saldos, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;

Câmara Municipal de Vereadores

RECEBIDO

Em 28/03/2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Av. Hermogênio C. dos Santos, 342 - Fone (55) 3327-1400 - CEP 99440-000

§ 3º As receitas financeiras auferidas na forma do § 2º serão aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestações de contas referentes ao valor repassado.

Art. 2º A concessão do auxílio fica condicionada ao atendimento, pela entidade interessada, dos seguintes requisitos:

I - possuir personalidade jurídica, com estatuto registrado no Registro Especial de Títulos e Documentos;

II - possuir Diretoria empossada;

III - cargos de Diretoria não remunerados;

IV - Conselho Fiscal ou Órgão equivalente;

V - inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ;

VI - apresentar, previamente, ao Poder Executivo para apreciação, o Plano de Trabalho e Aplicação dos recursos, em conformidade com o que preceitua o art. 116 da Lei Federal nº 3.666/93.

Art. 3º A entidade beneficiária deverá prestar contas dos recursos recebidos da municipalidade.



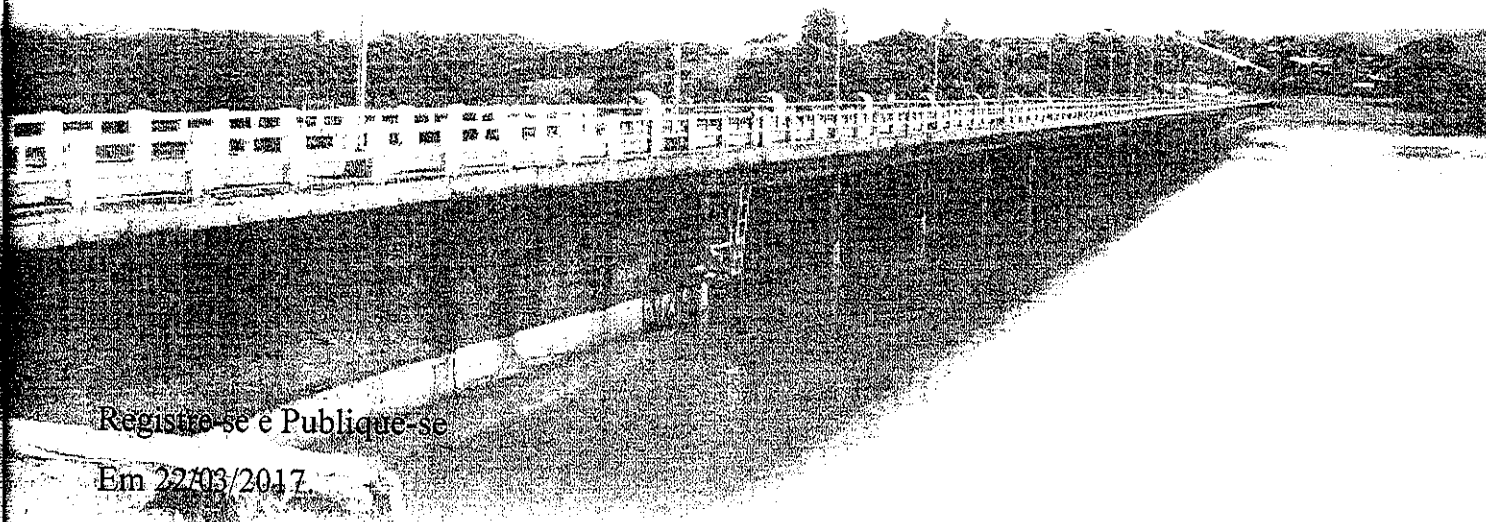
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Administração:

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sandro Drum

Prefeito Municipal Interino



Registre-se e Publique-se

Em 22/03/2017.